

Carta Curatorial ***Sustentabilidade é Convivência*** 2025-2030

Camila Oliveira, Fabio Scarano

Anna Carolina Fornero Aguiar, Beatriz Lima Rangel Carneiro, Bianca Paes Araújo, Bruno Baptista, Caetana Lara Resende, Caroline Caldas, Cleyton Santana da Paixão, Darlan dos Santos, Davi Macena, Fabiana Pereira da Motta, Fernanda Castro, Hérica Lima, Jéssika Santana, Joana Guedes, Juliana Camara, Juliana Silleman, Julia Mayer, Julia Deccache, Juan Barbosa, Lorena Pereyra Pena, Maria Gabriela Barbosa, Maria Luiza Lopes, Mariana de Freitas Boghossian, Marcus Andrade, Milena Godolphim, Natalia March Aiello, Nicolle Portela, Nicolle Soalheiro, Nina Pougy Monteiro, Rafael Salimena Rodrigues, Renan Freira, Stephanie Santana, Thainá Nunes, Thiago Albuquerque de Mattos, Vitória Longuinho Holz, Vinícius Andrade e Vinicius Valentino¹

O *amanhã* não é um ponto no tempo: é um campo vibrátil, continuamente entrelaçado pelas forças que nos antecedem, pelas experienciadas no agora e pelas que ainda se anunciam. Nessa outra relação com o tempo, o museu nos apresenta uma infinitesimal relação entre fios, memórias que insistem, futuros e nexos que germinam, formando zonas de contato e permeabilidade, fundamentadas pelos princípios éticos da *Sustentabilidade* e da *Convivência*.

Na concepção de nossa atuação museal e museológica, compreendemos a sustentabilidade adensada em uma amplitude relacional: a convivência entre formas de vida, entre saberes, entre temporalidades humanas e mais-que-humanas; convivência

¹ A Carta é resultado de uma série de três encontros formativos, com duas turmas, com colaboradores do Museu do Amanhã atuantes nas áreas de Conteúdo e Públicos, ao longo de 2025. Os encontros foram coordenados por Camila Oliveira, para o desenvolvimento e aprofundamento da linha curatorial 2025-2030 *Sustentabilidade é Convivência*, conceituada por Fabio Scarano e Camila Oliveira.

entre o que se vê e o que se pressente; convivência entre territórios e cosmologias que recusam a redução do mundo a um único horizonte.

Não distante dessas articulações, Vinciane Despret (2021), em *O que diriam os animais?*, nos convida a deslocar a forma como nos relacionamos com outros seres ao propor que a escuta seja entendida como uma prática que produz mundos, e não apenas como captação neutra de informações. Para a autora, aquilo que chamamos de “escutar” implica entrar numa situação que transforma tanto quem pergunta quanto aquele a quem se pergunta: ouvir torna-se um gesto de co-invenção, no qual novas possibilidades de relação emergem porque deixamos que o outro nos afete e reconfigure as questões que pensávamos ter.

Despret mostra que relações não se descrevem, mas se compõem; que não extraímos conhecimento dos animais, mas o fabricamos juntos, na medida em que aceitamos suas respostas, hesitações e iniciativas como parte ativa do encontro. Assim, a escuta, entendida como prática relacional e inventiva, torna-se um exercício de corresponsabilidade que amplia nossa capacidade de convivência.

Quando aproximamos esse gesto ético de escuta das cosmologias complexas que atravessam nossa existência marcadamente territorial, dos saberes afro-diaspóricos às filosofias ameríndias, dos rituais de passagem descritos na bibliografia aos modos como territórios humanos e mais-que-humanos se afetam e se convocam, percebemos que a convivência, tal como a propomos, ganha profundidade.

Ela deixa de ser apenas a presença simultânea de diferenças e passa a ser um campo de relações em que cada encontro altera a forma do viver comum. A partir dessas matrizes de pensamento, a convivência implica uma abertura radical para ser transformado, para compartilhar mundos sem assimilá-los, para cultivar modos de estar-juntos que se constroem na fricção, na escuta e na invenção contínua de relações ecossistêmicas e planetárias.

A convivência, portanto, não se dá por abstração, mas por compromissos éticos, histórias compartilhadas e responsabilidades que se enredam. O Museu do Amanhã, ao acrescentar um acento em seus pilares éticos e afirmar que Sustentabilidade é Convivência, desloca o entendimento de sustentabilidade para fora de seu sentido raptado como lógica instrumental que a reduz a metas, indicadores ou resultados mensuráveis, mas a reinscreve como um campo pulsante de vida, tecido por relações

intrínsecas a nossa existência. Nesse gesto, sustentabilidade deixa de ser interpretada como um estado a ser alcançado e passa a ser compreendida como uma prática contínua de corresponsabilidade, interdependência e coemergência entre seres, territórios e temporalidades.

Este novo ciclo curatorial parte desse deslocamento fundamental não como um caminho linear, nem como a tentativa de formular métodos que prescrevam uma pedagogia da convivência, mas como a tarefa de aprender a permanecer com aquilo que ainda não sabemos resolver. Reconhecer esse deslocamento implica assumir que estamos inseridos em redes de relações que nos antecedem e nos excedem, marcadas por histórias, responsabilidades e mundos compartilhados. Donna Haraway (2016) nos lembra que não existe posição neutra a partir da qual possamos observar ou agir: toda percepção é situada, toda prática emerge de um corpo e de um lugar específicos, e cada encontro, humano ou mais-que-humano, produz efeitos que reconfiguram continuamente o que somos e o que podemos nos tornar.

Assim, re-enredar como prática sustentável é recusar a fantasia de separação e reconhecer que viver é sempre *viver com*: com outros seres, com outras temporalidades, com memórias e materialidades que nos compõem. A convivência deixa de ser um ideal abstrato para tornar-se uma dinâmica que reconhece o mundo não organizado por unidades isoladas, em que cada gesto sustenta e é sustentado por uma trama de relações inacabadas que se transformam mutuamente. Nessa perspectiva, sustentabilidade não se reduz a soluções técnicas, mas torna-se um compromisso com os vínculos que nos fazem parentes e com a responsabilidade de permanecer no mundo de modo cuidadoso, atento e implicado.

Para estruturar este ciclo de 2025–2030, adotamos os quatro elementos - água, fogo, terra e ar - como campos de investigação, experimentação e atenção, e os reconhecemos como princípios materiais que compõem e estruturam a vida planetária e, portanto, a nossa experiência no mundo. Tais elementos não nos servem como moldura arbitrária mas, em sua camada mais profunda, operam como forças que precedem o humano e que continuam a nos constituir.

O ciclo se inicia com a **Água**, elemento que sustenta a história profunda da Terra como matriz da vida e memória que perpassa espécies e ecossistemas. A água é um meio que não separa de forma nítida aquilo que contém: ela liga, distribui, erode, carrega e transforma. Sua ação evidencia que formas são sempre provisórias, mantidas

por equilíbrios instáveis e relações que se reconfiguram, e é com essa perspectiva que nos permitimos observar processos sociais e ecológicos não como entidades isoladas, mas como arranjos em constante negociação, sensíveis a pressões, desvios e contatos inesperados.

Em Édouard Glissant (2011), a *Relação* não é uma metáfora abstrata, mas uma dinâmica que descreve como mundos se constituem a partir de encontros que não se deixam reduzir a uma lógica única. A opacidade que Glissant nos apresenta, indica que a coexistência não exige transparência total, mas a aceitação de que cada existência mantém zonas indomesticáveis. Escolher a água como ponto de partida é, portanto, assumir que convivência não é uma figura moral, mas um dado material: somos compostos por fluxos que não controlamos, atravessados por temporalidades que não começamos e implicados em redes que ultrapassam qualquer fronteira individual.

A água, ao permitir conexões sem fusão e proximidades sem assimilação, torna palpável essa ética da coexistência em que atua como princípio de leitura e nos obriga a considerar que sustentabilidade depende menos da estabilidade das formas e mais da capacidade de acompanhar transformações, sejam elas físicas, políticas ou culturais, sem perder de vista as relações que as tornam possíveis.

E é a partir da água, que o ciclo se abrirá para outros elementos: fogo, terra e ar, cada qual trazendo uma inflexão sobre o que significa viver com. O fogo revela que toda convivência envolve intensidade e conflito; a terra recorda a responsabilidade, a reciprocidade e o enraizamento; o ar indica circulação, linguagem e pensamento em movimento. Juntos, esses elementos oferecem um mapa para pensar sustentabilidade não como estabilidade, mas como dinâmica que se ajusta e se transforma.

Nêgo Bispo (2023) nos lembra que a vida se organiza por contracolonização, processo no qual os territórios mantêm relações de reciprocidade que não podem ser capturadas pela lógica extrativista. Para ele, a terra não é um recurso disponível, mas um agente que participa da existência; quando “dá”, também convoca devolução, cuidado e vínculo. Essa perspectiva desloca a noção de convivência para longe de qualquer interpretação meramente harmoniosa, insistindo que viver junto implica corresponder às forças que nos sustentam.

François Jullien (2009), por sua vez, oferece a noção de entre (*l'entre*), espaço onde se desenrolam transformações sem espetáculo, mudanças discretas, graduais,

que moldam trajetórias e reconfiguram situações antes mesmo que sejam percebidas. O entre não é lacuna, mas como zona de eficácia, provoca relações que se ajustam, que tensões se tornam fecundas e que novas possibilidades emergem. A convivência, sob essa lente, é um trabalho contínuo de atenção a essas variações mínimas que produzem consequências amplas.

Já Mark Fisher (2020) nos alerta para outra dimensão: a das forças que atuam sobre a imaginação política, restringindo o campo do possível e naturalizando modos de vida que parecem incontornáveis. Sua análise do realismo capitalista mostra como futuros alternativos são neutralizados não pela falta de desejo, mas pela captura das condições que permitem imaginá-los. Nesse sentido, a convivência também precisa resistir à tendência de fechamento e combater aquilo que impede a invenção de outras formas de relação e de mundo.

Tomadas em conjunto, essas perspectivas indicam que convivência não é um dado, nem tampouco um ideal neutro, mas uma prática situada, que precisa continuamente se defender tanto das simplificações que suavizam conflitos quanto dos fascínios que prometem atalhos. Exige reconhecer reciprocidades, acompanhar transformações discretas e preservar a imaginação contra capturas que limitam o que pode vir a existir.

Nesse horizonte, o museu se entende como zona de encontro e travessia, sem intenção de representações, mas como lugar que ativa relações; não como espaço que oferece respostas, mas como espaço que sustenta perguntas, sobretudo aquelas que persistem, que incomodam, que nos obrigam a rever pressupostos. Um museu do Amanhã não aponta para o futuro como promessa, mas reconhece que o futuro já está inscrito no que fazemos agora: nas formas como tratamos o território, no modo como distribuímos atenção, na maneira como acolhemos o outro, na capacidade de imaginar em comum.

A sustentabilidade emerge como gesto ético-estético ao manter viva a tensão que nos obriga a transformar aquilo que a modernidade nos obriga a aceitar como modo soberano de existência. A aposta é que, ao colocá-las em contato - sustentabilidade e convivência - outras imagens de mundo se tornem possíveis; e que essas imagens, por sua vez, incidam sobre nossa capacidade de agir.

O que propomos neste arco curatorial é um conjunto de experiências que convidam o visitante a perceber a convivência não como um ideal distante, mas como uma força que já opera em suas relações cotidianas. Uma força que se manifesta na maneira como percebemos o território, como escolhemos nossas prioridades, como compartilhamos tempo, como cuidamos dos vínculos que nos sustentam. Cada gesto curatorial, aqui, pretende tornar visível essa trama que nos antecede e que nos excede: esta rede viva que chamamos, amplamente, de mundo.

Nada subsiste sozinho: toda forma de vida é sustentada por redes de convivência que a antecedem e a excedem. Ao afirmar sustentabilidade como convivência, o futuro não se constrói por acumulação de soluções técnicas, mas pela capacidade de cultivar relações que permitam às diversas formas de existência, humanas e mais-que-humanas, persistirem, florescerem e se afetarem mutuamente. Assim, a sustentabilidade ganha espessura ética, deixando de ser um fim para tornar-se um modo de estar no mundo que se renova a cada encontro, a cada gesto de cuidado e a cada vínculo criado ou refeito.

O presente é sempre atravessado por memórias e imaginários futuros que convivem disputas, retornos, invenções e esquecimentos. Não é um instante isolado, mas um nó temporal onde mundos friccionam. A convivência, nesse sentido, é um exercício de discernimento em que podemos perceber que certos ritmos acelerados capturam nossa atenção e que outros ritmos, mais subterrâneos, pedem cuidado e espera; que existem tempos que guardam e que existem tempos que transformam.

Jonathan Crary (2014) já apontava para a exaustão produzida por um regime que aboliu o direito à pausa, convertendo o tempo em recurso continuamente disponível. Em *24/7*, ele descreve como a lógica da produtividade permanente corrói a capacidade de sustentar atenção, repouso, convivência e imaginação. Frente a esse diagnóstico, o museu se propõe a instaurar campos de desaceleração situados, espaços em que outras cadências possam emergir não como fuga, mas como condição para práticas de escuta, pesquisa, invenção e espanto.

Trata-se de reconhecer que nenhuma instituição cultural está fora das pressões que Crary descreve; por isso mesmo, cabe-lhe deliberadamente abrir intervalos, instaurar ritmos heterogêneos e defender, como forma de política pública, o tempo que permite pensar e sentir de outro modo. Frente a isso, o museu se propõe a criar

campos onde outras cadências possam se manifestar em que campos onde escuta, imaginação, pesquisa e espanto encontrem guarida.

Convidamos, assim, a entrar em contato com os elementos que nos compõem; a reconhecer a espessura das relações que nos formam para que possamos imaginar em comum aquilo que ainda não sabemos nomear. Se a convivência é a arquitetura profunda da vida, então a sustentabilidade começa no modo como escolhemos habitá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Sara. Viver uma vida feminista. Tradução de [Nome do Tradutor]. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

AZOULAY, Ariella Aisha. *História potencial: desaprender o imperialismo*. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

BATESON, Gregory. *Rumo a uma ecologia da mente*. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

BISPO, Nêgo. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. Trad. Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Um mundo ch'ixi é possível: ensaios de um presente em crise*. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

DE LA CADENA, Marisol. *Seres-terra: cosmopolíticas em mundos andinos*. Tradução de Caroline Nogueira e Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

DESPRET, Vinciane. *O que diriam os animais?*. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* Trad. Rodrigo Gonçalves. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FISHER, Max. *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramam nossas mentes e o mundo.* São Paulo: Intrínseca, 2023.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Edusp, 2012.

GLISSANT, Édouard. *Poética da relação.* Trad. Célia Pedrosa; Andréia Carvalho. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 2019.

HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno.* São Paulo: n-1 Edições, 2016.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. No enxame: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JULLIEN, François. *As transformações silenciosas.* Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KÊHÍRI, Tõrãmũ; PÃRÕKUMU, Umusí. Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kêhíripõrã. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro; UNIRT – União das Nações Indígenas do Rio Tiquié; Dantes Editora (edição 2019), 2019.

LIMULJA, Hanna. O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos Yanomami. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

POVINELLI, Elizabeth A. Catástrofe ancestral: existências no liberalismo tardio. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

SHELDRAKE, Merlin. A trama da vida: como os fungos constroem o mundo. Tradução de Bernardo Abreu e Silva. São Paulo: Fósforo Editora, 2021.

STENGERS, Isabelle. Uma outra ciência é possível: Manifesto por uma desaceleração das ciências. São Paulo: Bazar do Tempo, 2023.